

O visível e o invisível

Impostos no Brazil

Gilson Schwartz*

Os anarquistas diziam que o Estado é um roubo, roubo abstrato, ainda que operando concretamente. Um roubo tanto pela representação e garantia institucionais de que a propriedade privada é intocável, quanto por outra razão, que era talvez a fundamental — o Estado, que arrecada, cobrando impostos, gerando inflação e inúmeros outros mecanismos, organiza e impõe um tipo novo e diferente de propriedade privada: a propriedade do Poder.

Os anarquistas diziam que era inútil denunciar apenas as formas visíveis de propriedade, como a propriedade de objetos, metais, terra, fábricas. Percebiam a existência, na sociedade, de um bocado de formas de exercício de propriedade sobre “coisas” invisíveis, mas altamente efetivas do ponto de vista da regulação da dinâmica social. A polícia, o exército, o ensino público e outras tantas instituições “pertencem” ao Estado. Ora, desde aquela época ninguém era ingênuo a ponto de achar que o Estado era o representante do interesse “público”, do bem social e outras elucubrações

jurídicas burguesas. Portanto, havia um *poder*, distinto daquele que se consubstancia nos bens materiais, cuja propriedade precisava ser criticada.

Para que serve a cobrança de impostos? Quantos tipos de imposto existem? Quem se beneficia da estrutura tributária? Até que ponto vale a pena reformar a estrutura tributária, sem outras reformas e principalmente sem dispor da velocidade suficiente para evitar a rápida transformação por que sempre passam os artificios dos mais ricos para esconder sua riqueza? (ou você ainda acredita naquela estória de guardar nas meias ou debaixo do colchão?).

Poucas pessoas se dedicam a estudar a questão tributária, considerado um assunto técnico demais, principalmente pelas suas inúmeras armadilhas aritméticas e pela multiplicidade de impostos existentes. A dificuldade é real — e não deve ser subestimada (principalmente por quem deseja usar um entendimento maior da questão tributária para a luta por melhores condições de vida para o povo brasileiro). Mas apesar daquelas dificuldades, é importante sempre ultrapassar as barreiras que a “ciência” moderna estabeleceu entre as várias disciplinas, pois conhecimento fragmentado é sinônimo de luta e convivência fragmentadas.

Apenas para se ter uma idéia de

* Gilson Schwartz é economista e professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV.

um dos significados daquela propriedade de poder pelo Estado, vale a pena examinar a seguinte tabela, onde estão contrapostas as porcentagens em que têm evoluído, em nosso país, tanto as contratações para o "serviço público" feitas a partir de concurso quanto as por indicação. O resultado é espantoso, apesar de óbvio, se apenas nos lembrarmos do verdadeiro festival de escaramuças em que se converteu o processo de nomeações nos primeiros meses de governo Sarney (principalmente nos escalões inferiores, uma vez que a aliança "por cima", envolvendo os cargos de primeiro escalão, já tinha sido transada por Tancredo Neves e não foi alterada pelo "novo" governo).

**DATA DE ENTRADA NA ENTIDADE
E PROCESSO DE SELEÇÃO**

Data de entrada	Processo de seleção	
	Indicação	Concurso
1943-1963	51,2%	48,8%
1964-1968	63,2%	36,8%
1969-1976	93,3%	6,7%

Fonte: Luciano Martins, *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64*, Paz e Terra, 1985, p. 200).

Os impostos não servem apenas para atuar "sobre a economia", mas o Estado extrai receitas (derivadas de inúmeras formas de rendimento, mas principalmente das camadas de mais baixa renda) para alimentar o seu próprio monopólio de poder. Outra informação importante para visualizar o caráter da questão tributária neste país é a re-

partição da receita tributária entre o governo federal (central), estados e municípios:

ANO: 1980

União	Estados	Municípios
58,7%	36,2%	5,1%

Quando às formas e tipos de imposto, os dados a seguir mostram como os rendimentos do trabalho são os que mais estão obrigados a suportar o poder público:

ANO: 1982

Impostos sobre a Renda.. 2,09 trilhões
 pessoas físicas..... 97 bilhões
 pessoas jurídicas..... 827 bilhões
 retido na fonte..... 1,169 trilhão

Da parcela retira na fonte, temos:

rendimentos do trabalho . 612 bilhões
 remessas para o exterior . 338 bilhões
 rendimentos do capital... 171 bilhões
 outros rendimentos..... 48 bilhões

Outra informação que esclarece a *regressividade* do sistema tributário: quem recebe menos de um salário mínimo por mês paga ao "Leão" 36% de sua receita, enquanto os que ganham mais de cem salários mínimos por mês pagam cerca de 14%. Mais, os impostos que mais contribuem para a arrecadação federal são os indiretos (ou seja, são cobrados através das mercadorias produzidas e comercializadas). Além de pagarem o imposto com parte de suas rendas, as pessoas pagam imposto cada vez que com-

pram alguma coisa, pois o preço traz embutida uma margem que o produtor ou o comerciante definem, com o objetivo de pagar seus impostos — ICM e IPI (sobre a “circulação de mercadorias” e sobre o “produto industrial”). O assalariado é chicoteado na fonte e no mercado.

Como se vê, o “imposto de ren-

da” é apenas uma parte, *visível*, do tipo de dominação estatal. Há outras formas de contribuição dos indivíduos ao poder “público”, invisíveis na forma e no efeito. Quanto à parte invisível, sua percepção depende daquilo que queremos ver. E aí voltamos à temática levantada no início — alguém ainda acredita que é possível *ver* o Poder? ★

